SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 558,DE 24 DE MAIO DE 2022

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014 e da Portaria nº 1.411/STN, de 20 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontra o demonstrativo da despesa com pessoal (alínea a do inciso I do art. 55 da LRF).

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS

Ministro-Presidente

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2021 A ABRIL/2022

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														
	Últimos 12 Meses)														
		LIQUIDADAS								INSCRITAS EM	TOTAL				
											RESTOS A PAGAR	EXECUTADO			
										NÃO PROCESSADOS	(C) = (A) + (B)				
										(B)					
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12		
													MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.727.658,23	47.984.440,55	35.226.910,97	35.362.242,57	35.562.486,15	35.855.973,10	54.213.591,13	41.543.532,89	36.936.188,40	36.288.916,12	36.718.032,42	35.721.370,64	467.141.343,17	7.010.892,47	474.152.235,64
Pessoal Ativo	18.140.966,50	22.295.135,58	18.012.697,44	18.217.852,12	18.486.242,37	18.555.130,33	28.685.445,32	24.484.719,98	19.434.509,29	18.798.992,30	19.568.922,37	18.546.137,43	243.226.751,03	4.080.489,55	247.307.240,58
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas	14.948.470,47	19.104.149,77	14.827.506,75	15.039.141,94	15.301.278,78	15.382.005,46	22.342.909,00	21.234.893,70	16.256.259,73	15.616.551,75	16.382.892,08	15.401.920,19	201.837.979,62	4.080.489,55	205.918.469,17
Variáveis															
Obrigações Patronais	3.192.496,03	3.190.985,81	3.185.190,69	3.178.710,18	3.184.963,59	3.173.124,87	6.342.536,32	3.249.826,28	3.178.249,56	3.182.440,55	3.186.030,29	3.144.217,24	41.388.771,41	0,00	41.388.771,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.586.691,73	25.689.304,97	17.214.213,53	17.144.390,45	17.076.243,78	17.300.842,77	25.528.145,81	17.058.812,91	17.501.679,11	17.489.923,82	17.149.110,05	17.175.233,21	223.914.592,14	2.930.402,92	226.844.995,06
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.767.850,98	15.520.495,82	10.355.045,46	10.370.814,57	10.382.265,48	10.507.916,91	15.464.399,42	10.253.204,44	10.174.029,21	10.241.429,13	10.215.731,90	10.223.767,32	134.476.950,64	2.929.127,15	137.406.077,79
Pensões	6.818.840,75	10.168.809,15	6.859.168,07	6.773.575,88	6.693.978,30	6.792.925,86	10.063.746,39	6.805.608,47	7.327.649,90	7.248.494,69	6.933.378,15	6.951.465,89	89.437.641,50	1.275,77	89.438.917,27
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do															
art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orçamentariamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	69.827,92	4.087,76	17.214.049,29	17.145.119,42	17.076.736,03	17.314.260,11	25.528.638,06	8.679.764,35	847.859,52	36.259,15	73.631,10	98.319,16	104.088.551,87	2.928.044,86	107.016.596,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	48.788,51	0,00	48.788,51
da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior	63.209,74	-2.530,42	-2.646,19	-2.695,64	0,00	0,00	0,00	14.569,48	841.241,34	29.640,97	67.012,92	91.700,98	1.099.503,18	0,00	1.099.503,18
ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	17.210.077,30	17.147.322,81	17.076.243,78	17.313.767,86	25.528.145,81	8.664.702,62	0,00	0,00	0,00	0,00	102.940.260,18	2.928.044,86	105.868.305,04
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.657.830,31	47.980.352,79	18.012.861,68	18.217.123,15	18.485.750,12	18.541.712,99	28.684.953,07	32.863.768,54	36.088.328,88	36.252.656,97	36.644.401,32	35.623.051,48	363.052.791,30	4.082.847,61	367.135.638,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	367.135.638,91	0,032269%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	916.754.746,31	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22	870.917.008,99	0,076547%
da LRF)		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59	825.079.271,68	0,072518%
da LRF)		

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 13/05/2022, 14h00min

Nos demonstrativos elaborados no 1º e 2º quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64

2. Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS

Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA

Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS

Secretário de Auditoria Interna



